

Relatório de Gestão Consolidado

Ano Económico de 2023

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO ANO ECONÓMICO DE 2023

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	4
2. ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	5
3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	8
3.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	9
3.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	11
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	13
4.1 Balanço Consolidado	14
4.2 Demonstração de Resultados Consolidada	17
4.3 Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada	19
4.4 Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado	22
4.5 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	24
Nota 1 - Identificação das entidades, período de relato e referencial contabilístico	25
Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	29
Nota 3 - Ativos Intangíveis	35
Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	36
Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis	37
Nota 6 - Locações	39
Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos e financiamentos obtidos	39
Nota 8 - Propriedades de Investimento	40
Nota 9 - Imparidade de ativos	41
Nota 10 - Inventários	42
Nota 11 - Agricultura	43
Nota 12 - Contratos de construção	43
Nota 13 - Rendimentos de transações com contraprestação	43
Nota 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação	44
Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	45
Nota 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio	46
Nota 17 - Acontecimentos após data de Balanço	46
Nota 18 - Instrumentos financeiros	47
Nota 19 - Benefícios dos empregados	47
Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas	48
Nota 21 - Relato por segmentos	49
Nota 22 - Outra informação considerada relevante	49
22.1 - Contrato de arrendamento da NEOFUTUR, S.A.	49
22.2 - Devedores e credores por transferência, subsídios e empréstimos bonificados	50

	Pág.
22.3 - Clientes	51
22.4 - Diferimentos	51
22.5 - Fornecedores	52
22.6 - Estado e Outros Entes Públicos	52
22.7 - Outras Contas a Pagar	53
22.8 - Outras Contas a Receber	53
22.9 - Património Líquido	54
22.10 - Impostos, contribuições e taxas	54
22.11 - Vendas e Prestações de serviços	55
22.12 - Transferências e subsídios correntes obtidos	55
22.13 - Outros rendimentos	55
22.14 - Transferências e subsídios correntes concedidas	56
22.15 - Fornecimentos e serviços externos	56
22.16 - Outros gastos	56
22.17 - Resultados entre Rendimentos e Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	57
22.18 - Resultados Financeiros	57
5. CONTABILIDADE DE GESTÃO	58
ANEXOS	61
ENCERRAMENTO	

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO ANO ECONÓMICO DE 2023

1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro aprovou o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), revogando a anterior Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro).

O n.º1 do artigo 75º daquela lei prevê que os municípios que detenham entidades participadas, dentro do perímetro de consolidação terão que apresentar contas consolidadas. Nos termos do n.º 6 do mesmo artigo integram o perímetro de consolidação as empresas locais que pertencem ao sector empresarial local do município, independentemente do grau de participação.

A elaboração das demonstrações financeiras que compõem a consolidação de contas seguem as instruções constantes da Orientação n.º 1/2010 – “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, a qual estabeleceu um conjunto de princípios orientadores e requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no sector público administrativo.

Nestes termos, a Câmara Municipal apresenta as contas consolidadas com o grupo autárquico, conforme o artigo 75º e n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro- RFALEI, conjugado com a alínea i) do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que “estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico”, e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, passam a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se o normativo de consolidação de contas financeiro NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os documentos referem-se ao ano económico de 2023 e apresentam as contas consolidadas com o grupo autárquico de forma a complementar a informação prestada nas contas individuais.

Nestes termos o perímetro de consolidação do Município de Lagos apenas engloba a empresa local LAGOS em FORMA - Gestão Desportiva, E.M, S.A., detida diretamente a 100%.

As contas consolidadas foram auditadas e certificadas por um revisor oficial de contas.

Lagos, 19 de junho de 2024

2. ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



No quadro seguinte apresentam-se as entidades nas quais a Câmara Municipal detém uma participação financeira, evidenciando-se a percentagem de participação e aquelas onde existe uma relação de domínio.

Designação	Tipo de entidade	Percentagem de participação na entidade ou direitos na distribuição de lucros/direitos patrimoniais	Relação de domínio	Integração nas demonstrações financeiras consolidadas
LAGOS-EM-FORMA, GESTÃO DESPORTIVA, E.M, SA.	Empresa Municipal	100%	Existe	Consolida
NEOFUTUR - PROMOÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS, S.A	Empresa	49%	Não	MEP
TERRAS DO INFANTE – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS	Associação de Municípios	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo
CENTRO CIÊNCIA VIVA DE LAGOS	Outros	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo
ÁGUAS DO ALGARVE, SA	Empresa	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo
ALGAR,SA	Empresa	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo

LAGOS-EM-FORMA, Gestão Desportiva, E.M, S.A

A LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA foi criada em 4 de Setembro de 2006 e é detida a 100% pelo Município de Lagos.

O atual objeto social da empresa, formalmente aprovado pela Deliberação n.º63/AM/2015 da Assembleia Municipal de Lagos tomada na sessão ordinária de junho de 2015, reunião de 06/07/2015, passou a ser o seguinte:

1. Gestão de serviços de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, tal como definido no Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, acompanhando e executando as políticas de desenvolvimento territorial do Município de Lagos, com vista ao crescimento e reforço da coesão da economia local e regional, compreendendo as seguintes atividades:
 - a) Promoção, gestão, exploração e conservação de equipamentos coletivos e de lazer pertencentes ou sob a sua administração, seja a que título for, ao Município de Lagos;
 - b) Organização de atividades, ações de formação e eventos nas áreas do lazer e do desporto;
 - c) Gestão do serviço de estacionamento público no Município de Lagos, designadamente a promoção, exploração, fiscalização e manutenção de locais de estacionamento.
2. As atividades descritas no número anterior podem compreender a promoção, ampliação, renovação e manutenção das instalações e equipamentos, desde que tal seja expressamente autorizado ou cometido pela tutela.
3. Acessoriamente a Empresa Local poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto social.

Cabe ainda à LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA a organização de atividades, ações de formação e eventos nas áreas do lazer e do desporto, a gestão do serviço de estacionamento público no Município de Lagos, designadamente a promoção, exploração, fiscalização e manutenção de locais de estabelecimento público.

Para além das atribuições resultantes do seu objeto social a LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA, tem como missão:

- A Gestão e exploração dos equipamentos desportivos municipais, bem como aqueles que ao município estão ou venham a estar confiados, ao abrigo de contratos-programa estabelecidos ou a estabelecer, tal como assumir as ações necessárias à manutenção, reabilitação e requalificação desses espaços;
- Fomentar a atividade física através de um serviço público acessível, diversificado e qualificado;

Desenvolver e criar os meios e condições necessários aos clubes desportivos, associações e instituições da sociedade civil, na prossecução dos seus objetivos específicos;

- Promover as instalações desportivas municipais e demais serviços da LAGOS-EM-FORMA no mercado global;
- Garantir uma gestão rigorosa e eficiente dos seus recursos.

Conforme estratégia definida pela tutela, que decorreu da deliberação da Câmara Municipal na reunião realizada no dia 17 de junho de 2015 e da Assembleia Municipal de Lagos, na sessão ordinária de junho, esta empresa local, no início de outubro de 2015, passou a integrar as atividades de gestão dos estacionamento tarifados e parques de estacionamento cobertos da cidade de Lagos, atividade que vinha sendo desenvolvida pela FUTURLAGOS, Empresa Local para o Desenvolvimento, E.M, S.A..

A partir da mesma data, o pessoal afeto a esta atividade na empresa local FUTURLAGOS transitou para esta empresa local, iniciando também a sua colaboração mais dois funcionários para apoio nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL).

Em 2016 foi aprovado, na sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal de Lagos (Deliberação n.º 17/AM/2016), o contrato – programa entre o Município de Lagos e a Lagos – em – Forma – Gestão Desportiva, E.M., S. A., para a gestão do estacionamento tarifado e dos parques de estacionamento cobertos de Lagos.

3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

3.1 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

3.1 — Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Rubrica	RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS		Rubrica	2023		2022	
	Consolidado								
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Saldo de gerência anterior	47 208 421,18	32 518 524,96							
Operações orçamentais [1]	47 141 934,65	32 477 957,37							
Restituição do saldo oper. orçamentais									
Operações de tesouraria [A]									
Receita corrente	66 486,53	40 567,59							
Receita fiscal	67 275 333,09	73 413 174,58							
Impostos diretos	42 120 949,06	49 058 425,17							
Impostos indiretos	0,00	0,00							
Taxas, multas e outras penalidades	4 340 419,27	4 415 201,96							
Rendimentos de propriedade	314 027,60	545 759,26							
Transferências Correntes	8 693 189,70	8 818 253,24							
Administrações Públicas	6 984 274,81	7 555 564,09							
Administração Central - Estado Português	6 947 236,12	6 028 949,40							
Administração Central - Outras entidades	14 042,85	15 112 338,05							
Segurança Social	0,00	0,00							
Administração Regional	0,00	0,00							
Administração Local	22 995,84	14 276,64							
Exterior - UE	0,00	0,00							
Outras	1 708 914,89	1 262 689,15							
Venda de bens e serviços	11 557 504,97	10 197 935,43							
Outras receitas correntes	249 242,49	377 599,52							
Receita de capital	6 000 220,06	3 785 156,29							
Venda de bens de investimento	3 422,67	59 463,93							
Transferências e Subsídios de Capital	5 393 405,45	2 773 055,18							
Transferências de Capital	5 393 405,45	2 773 055,18							
Administração Central - Estado Português	5 262 040,45	2 673 179,98							
Administração Central - Outras entidades	131 365,00	99 875,20							
Segurança Social	0,00	0,00							
Administração Regional	0,00	0,00							
Administração Local	0,00	0,00							
Exterior - UE	0,00	0,00							
Outras	603 391,94	952 637,18							
Outras receitas de capital	46 940,70	10 421,15							
Reposição não abatidas aos pagamentos	73 322 493,85	77 208 752,02							
Receita efetiva [2]	0,00	22 822,24							
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00							
Receita com ativos financeiros	0,00	0,00							
Receita com passivos financeiros	0,00	0,00							
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	120 464 428,50	109 709 531,63							
Operações de tesouraria [B]	75 876,95	75 104,47							
Despesa corrente	56 125 188,54	49 980 713,38							
Despesas com o pessoal	20 834 583,26	17 848 393,65							
Remunerações Certas e Permanentes	15 686 189,75	13 329 513,07							
Abonos Variáveis ou Eventuais	643 073,16	552 346,98							
Segurança Social	4 505 320,35	3 966 533,60							
Aquisição de bens e serviços	24 740 887,34	24 093 049,97							
Juros e outros encargos	302 114,43	66 752,50							
Transferências e subsídios correntes	8 483 471,80	5 874 553,64							
Administrações Públicas	3 222 842,29	1 673 175,63							
Administração Central - Estado Português	1 690 128,00	788 950,85							
Administração Central - Outras entidades	6 500,00	0,00							
Segurança Social	0,00	0,00							
Administração Regional	0,00	0,00							
Administração Local	1 526 214,29	884 224,78							
Entidades do setor não lucrativo	4 707 917,76	3 559 816,98							
Famílias	552 711,75	365 294,94							
Outras	372 000,00	276 266,09							
Subsídios correntes	1 392 131,71	1 094 844,89							
Outras despesas correntes	19 513 289,04	11 584 993,32							
Despesa de capital	17 235 597,52	10 118 469,90							
Aquisição de bens de capital	2 207 051,89	1 386 832,85							
Transferências e subsídios de capital	747 848,50	59 893,00							
Administrações Públicas	747 285,00	59 893,00							
Administração Central - Estado Português	0,00	0,00							
Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00							
Segurança Social	0,00	0,00							
Administração Regional	0,00	0,00							
Administração Local	563,50	0,00							
Exterior - UE	726 936,27	594 672,73							
Outras	732 267,12	732 267,12							
Outras despesas de capital	70 639,63	79 630,57							
Despesa efetiva [5]	75 638 477,58	61 565 646,70							
Despesa não efetiva [6]	948 086,91	1 001 950,28							
Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00							
Despesa com passivos financeiros	948 086,91	1 001 950,28							
Soma [7]=[5]+[6]	76 586 564,49	62 567 596,98							
Operações de tesouraria [C]	67 651,31	49 185,53							
Saldo para a gerência seguinte	43 952 576,18	47 208 421,18							
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	43 877 864,01	47 141 934,65							
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	74 712,17	66 486,53							
Saldo global [2] - [5]	-2 315 983,73	15 643 105,32							
Despesa primária	75 336 363,15	61 498 894,20							
Saldo corrente	11 150 144,55	23 432 461,20							
Saldo de capital	-13 513 068,98	-7 799 777,03							
Saldo primário	-2 013 869,30	15 709 857,82							
Receita total [1] + [2] + [3]	120 464 428,50	109 709 531,63							
Despesa total [5] + [6]	76 586 564,49	62 567 596,98							

3.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

3.2 — Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica	RECEBIMENTOS	Consolidado		Rubrica	PAGAMENTOS	2023	2022	2023	2022
		2023	2022						
R1	Receita corrente			D1	Despesa corrente				
R1.1	Receita fiscal	3 281 924,40	3 119 001,19	D1.1	Despesas com o pessoal	251 417,79	226 809,94	251 417,79	226 809,94
R1.2	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1.1	Remunerações Certas e Permanentes	236 632,60	223 258,13	236 632,60	223 258,13
R2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	226 246,97	186 197,12	226 246,97	186 197,12
R3	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	10 385,63	8 082,35	10 385,63	8 082,35
R4	Taxas, multas e outras penalidades	628 984,24	442 732,42	D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	28 978,66	0,00	28 978,66
R5	Rendimentos de propriedade	0,00	23 857,06	D3	Juros e outros encargos	14 785,19	3 551,81	14 785,19	3 551,81
R5.1	Transferências Correntes	647 848,85	1 074 157,27	D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	647 848,85	756 775,28	D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	647 848,85	753 544,08	D4.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	3 231,20	D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	317 381,99	D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1 994 515,94	1 577 909,24	D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	10 575,37	345,20	D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
R8	Receita de capital	706 436,22	2 695 560,60	D5	Outras despesas correntes	4 978,16	4 050,00	4 978,16	4 050,00
R9	Venda de bens de investimento	42,73	21,64	D6	Despesa de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Transferências e Subsídios de Capital	206 259,64	2 208 699,50	D7	Aquisição de bens de capital	4 978,16	0,00	4 978,16	0,00
R9.1.1	Transferências de Capital	206 259,64	2 208 699,50	D7.1.1	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	206 259,64	2 208 699,50	D7.1.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	499 482,76	486 188,37	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	651,09	651,09	D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita efetiva [2]	3 988 360,62	5 814 561,79	D8	Outras despesas de capital	0,00	4 050,00	256 395,95	230 859,94
R13	Receita não efetiva [3]	0,00	1 647,26		Despesa efetiva [5]	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita com ativos financeiros	0,00	1 647,26	D9	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	3 988 360,62	5 816 209,05		Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
					Despesa total [7]=[5]+[6]	256 395,95	230 859,94	256 395,95	230 859,94

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

4.1 BALANÇO CONSOLIDADO

Balço consolidado por natureza do período findo em 31 de Dezembro de 2023

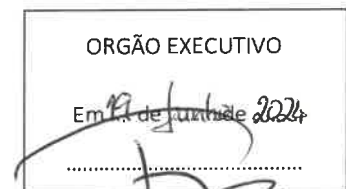
RUBRICAS	NOTAS	Exercício	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	243 225 965,82	234 824 875,15
Propriedades de investimento	8	1 703 949,27	6 269 963,31
Ativos intangíveis	3	355 286,91	464 689,82
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras	18/20	3 290 786,24	3 196 280,62
Devedores por empréstimos bonif. e subsídios reembolsáveis	22.2	164,92	164,92
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		13 265,78	12 703,59
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Cientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		248 589 418,94	244 768 677,41
Ativo corrente			
Inventários	10	637 057,15	605 844,40
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	22.2	854 108,49	3 282 856,77
Devedores por empréstimos bonif. e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Cientes, contribuintes e utentes	22.3	1 198 122,78	895 781,51
Estado e outros entes públicos	22.6	322 139,54	189 278,53
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	22.8	16 171 697,69	16 267 790,92
Diferimentos	22.4	271 623,38	323 296,82
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1.3	45 080 660,70	48 109 505,74
		64 535 409,73	69 674 354,69
Total Ativo		313 124 828,67	314 443 032,10
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		138 441 811,85	138 441 811,85
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		12 759 797,93	12 097 518,79
Resultados transitados		101 066 450,99	93 306 980,19
Ajustamentos em ativos financeiros		1 852 630,61	2 099 789,97
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido		32 998 326,91	29 488 250,12
Resultado líquido do período	22.9	2 596 017,95	13 140 196,32
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total Património Líquido		289 715 036,24	288 574 547,24

Balanço consolidado por natureza do período findo em 31 de Dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Exercício	
		31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO			
Passivo não corrente		0,00	0,00
Provisões	15	250 134,37	239 852,21
Financiamentos obtidos	7	7 408 902,61	8 233 801,75
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar	22.7	3 897 589,89	5 600 399,49
		11 556 626,87	14 074 053,45
Passivo corrente		0,00	0,00
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	22.2	0,00	0,00
Fornecedores	22.5	127 721,96	75 897,20
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	22.3	45 471,50	45 471,50
Estado e outros entes públicos	22.6	626 980,05	529 697,59
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	885 168,54	1 008 356,31
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	22.7	7 726 682,92	7 625 261,13
Diferimentos	22.4	2 441 140,59	2 509 747,68
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		11 853 165,56	11 794 431,41
Total Passivo		23 409 792,43	25 868 484,86
Total Património Líquido e Passivo		313 124 828,67	314 443 032,10

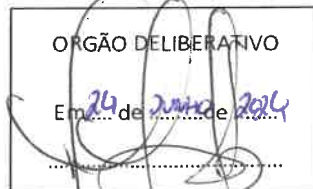
ORGÃO EXECUTIVO

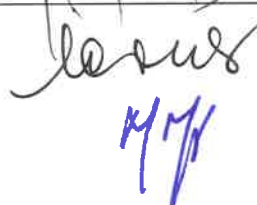
Em 17 de Junho de 2024



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 24 de Junho de 2024





4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Demonstração de resultados consolidado por natureza do período findo em 31 de Dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	22.10	46 177 898,79	52 796 827,38
Vendas	22.11	6 775 618,86	4 787 284,46
Prestações de serviços e concessões	22.11	6 777 311,23	5 930 885,17
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	22.17	586 244,78	515 344,19
Transferências e subsídios correntes obtidos	22.12	8 376 639,07	8 800 558,22
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-3 955 235,69	-3 556 094,19
Fornecimentos e serviços externos	22.15	-20 037 361,10	-19 409 078,85
Gastos com pessoal	19	-22 687 361,64	-19 380 933,38
Transferências e subsídios concedidos	22.14	-9 806 025,22	-6 325 322,72
Prestações sociais	22.14	-19 310,49	-12 724,84
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9	-33 740,36	-47 908,49
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-308 446,23	210 791,03
Provisões (aumentos/reduções)	15	-10 282,16	-151 766,89
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	22.13	3 543 973,84	3 287 969,62
Outros gastos	22.16	-3 907 755,43	-6 519 467,52
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		11 472 168,25	20 926 363,19
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-8 216 582,36	-7 250 394,32
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		3 255 585,89	13 675 968,87
Juros e rendimentos similares obtidos	22.18	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	22.18	-642 818,78	-386 268,21
Resultado antes de impostos		2 612 767,11	13 289 700,66
Imposto sobre o rendimento		-16 749,16	-149 504,34
Resultado líquido do período		2 596 017,95	13 140 196,32
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
		2 596 017,95	13 140 196,32

ORGÃO EXECUTIVO

Em 19 de Junho de 2024

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 24 de Junho de 2024

~~John~~
John
P
SO
Atalaha
Petro

4.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS CAIXA CONSOLIDADA

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado do período findo em 31 de Dezembro de 2023

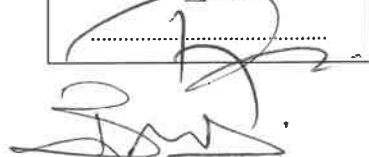
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		13 929 167,28	12 162 889,14
Recebimentos de contribuintes		42 120 949,06	49 058 425,17
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 321 189,70	8 715 134,51
Recebimentos de utentes		0,00	100 994,18
Pagamentos a fornecedores		-23 880 258,62	-22 996 791,23
Pagamentos ao pessoal		-14 290 832,33	-12 005 799,39
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-10 176 219,91	-6 469 869,34
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		16 023 995,18	28 564 983,04
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-9 102,16	-8 195,27
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		5 383 480,13	4 993 698,02
Outros pagamentos		-25 798 988,31	-19 416 293,03
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-4 400 615,16	14 134 192,76
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 911 118,00	-1 744 375,76
Ativos intangíveis		-92 042,87	-47 783,63
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		3 422,67	59 463,93
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		56 304,39	78 774,89
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		4 879 823,45	2 961 998,04
Transferências de capital		513 582,00	380 009,01
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		257 723,21	466 984,37
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		2 707 694,85	2 155 070,85

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado do período findo em 31 de Dezembro de 2023

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-948 086,91	-1 001 950,28
Juros e gastos similares		-285 887,22	-39 111,22
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 233 974,13	-1 041 061,50
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		48 109 505,74	32 838 481,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período		45 080 660,70	48 109 505,74
CONSOLIDAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		48 109 505,74	32 838 481,39
- Equivalentes a caixa no início do período		-6 020 554,48	-4 261 851,94
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		6 020 554,48	4 261 851,94
- Variações cambiais de caixa no início do período			
=saldo de gerência anterior		48 007 555,14	32 838 481,39
De execução orçamental		47 141 934,65	32 477 957,37
De operações de tesouraria		66 486,53	40 567,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período		45 080 660,70	48 109 505,74
- Equivalentes a caixa no fim do período		-4 611 718,16	-6 020 554,48
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		4 611 718,16	6 020 554,48
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
=saldo de gerência seguinte		45 080 660,70	48 109 505,74
De execução orçamental		43 877 864,66	47 141 934,65
De operações de tesouraria		74 712,17	66 486,53

ORGÃO EXECUTIVO

Em 19 de Junho de 2024



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 24 de Junho de 2024



Handwritten text in blue ink, including a signature and the number 500.

Handwritten text in black ink, including a signature and the words "please use".

4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO



Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado do período findo em 31 de Dezembro de 2023

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023		138 441 811,85	0,00	0,00	0,00	12 097 518,79	0,00	98 306 980,19	2 099 789,97		29 486 250,11	13 140 196,31	288 574 547,24		288 574 547,24
Alterações do período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de dem. financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do exced. revalor. AFT e AI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exced. revalor. AFT e AI e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correcção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	-19 313,41	0,00	19 313,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações/Transferências Resultados Exerc. Anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 246 507,73	-247 159,36	0,00	551 132,81	-13 140 196,31	390 284,88	0,00	390 284,88
Resultado líquido do período	2	0,00	0,00	0,00	0,00	-19 313,41	0,00	13 265 821,14	-247 159,36	0,00	3 510 076,75	-13 140 196,31	3 369 228,84	0,00	3 369 228,84
Resultado Integral	3											2 596 017,99	2 596 017,99	0,00	2 596 017,99
Operações com detentores de CP:	4=2+3											-10 544 178,31	5 965 246,75	0,00	5 965 246,75
Realizações de capital / Património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	681 592,55	0,00	-5 506 349,41	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 824 756,86	0,00	-4 824 756,86
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	681 592,55	0,00	-5 506 349,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	5	138 441 811,85	0,00	0,00	0,00	12 759 797,99	0,00	101 066 450,99	1 852 630,61	0,00	32 998 326,91	2 596 017,99	289 715 036,24	0,00	289 715 036,24

ORGÃO EXECUTIVO
31 de Junho 2024

ORGÃO DELIBERATIVO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Identificação das entidades, período de relato, referencial contabilístico

1.1 - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Tipo de Entidade	Denominação	Sede	Percentagem de detenção de capital	Motivo de inclusão na consolidação
Entidade consolidante	Câmara Municipal de Lagos	Paços do Concelho Sec. XXI, Praça do Município, 8600 – 293 Lagos	Não aplicável	Lei nº 73/2013 - Autarquia local
Entidade consolidada	Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M, S.A	Complexo Desportivo Municipal 8600-324 Lagos	100%	Lei nº 73/2013 – Empresa Local detida a 100%

- Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias:

Câmara Municipal de Lagos

Carreiras	Total
Dirigentes	21
Técnicos Superiores	129
Assistentes Técnicos	275
Assistente Operacional	526
Informáticos	7
Polícia Municipal	14
Outros (Categorias Subsistentes)	10
Total	982

Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M.,S.A

Carreiras	Total
Técnicos Superiores	8
Assistentes Técnicos	26
Assistente Operacional	22
Total	56

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final	Motivo de exclusão na consolidação
					Direto	Indireto		
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM,SA	Empresa municipal - integrada na consolidação de contas	Complexo Desportivo Municipal 8600-324 Lagos	250 000,00	1 926 320,63	100%		Existe	
Águas do Algarve, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua do Repouso nº 10 8000-302 Faro	29 230 875,00	1 013 630,00	3,40%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Algar, S.A.	Participação minoritária registada pelo método do custo	Rua Cândido Guerreiro nº 43 3º Frt 8000-302 Faro	7 500 000,00	253 310,00	3,38%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Neofutur - Promoção e Conservação de Imóveis, SA	Participação minoritária registada pelo MEP	Marina de Lagos - Loja 6 Núcleo Gil eanes 8600-780 Lagos	100 000,00	604 571,55	49,00%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Centro de Ciência Viva de Lagos	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua Dr. Faria e Silva, n° 34 8600 Lagos	50 579,79	12 864,15	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Terras do Infante - Associação de Municípios	Participação minoritária registada pelo MEP	Edifício do Paços do Concelho, Séc. XXI Praça do Município, 8600 – 293 Lagos	743 360,65	359 598,04	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Fundo de Apoio Municipal	Participação por realizar no capital social, registada de acordo com indicação do SATAPOCAL	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	650 000 000,00	1 046 812,50	0,036%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças

1.2 - Recursos humanos - identificação dos elementos responsáveis pela direção da entidade de cada entidade:

Câmara Municipal de Lagos

Estrutura	Nome	Período de Responsabilidade
Presidente	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	01/01/2023 a 31/12/2023
Vereador com funções de Vice-Presidente	Paulo Jorge Correia dos Reis	01/01/2023 a 31/12/2023
Vereadora	Sara Maria Horta Nogueira Coelho	01/01/2023 a 31/12/2023
Vereador	Luis Alberto Bandarra dos Reis	01/01/2023 a 31/12/2023
Vereadora	Sandra Maria Almada de Oliveira	01/01/2023 a 31/12/2023
Vereador	Pedro Augusto Borges da Lima Palma Moreira	01/01/2023 a 31/12/2023
Vereador	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes	01/01/2023 a 31/12/2023

Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M, S.A

Estrutura	Nome
Presidente do Conselho de Administração	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
Administrador Delegado	Paulo Alexandre Cota de Meneses Toste
Administrador não Executivo	Sara Maria Horta Nogueira Coelho

1.3 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras apresentadas, foram preparadas em conformidade com o SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados.

Representam de forma fidedigna os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP e nas NCP.

No quadro seguinte é sintetizado o grau de implementação do SNC-AP:

Norma	Estado
NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	Aplicada
NCP 2 - Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros	Aplicada
NCP 3 - Ativos Intangíveis	Aplicada
NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços: Concedente	Aplicada
NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis	Aplicada
NCP 6 - Locações	Aplicada
NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos	Aplicada
NCP 8 - Propriedades de Investimento	Aplicada
NCP 9 - Imparidade de Ativos	Aplicada
NCP 10 - Inventários	Aplicada
NCP 11 - Agricultura	Não Aplicada
NCP 12 – Contratos de Construção	Aplicada

Norma	Estado
NCP 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação	Aplicada
NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação	Aplicada
NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Aplicada
NCP 16 - Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	Aplicada
NCP 17 - Acontecimentos Após a Data de Relato	Aplicada
NCP 18 - Instrumentos Financeiros	Aplicada
NCP 19 - Benefícios dos Empregados	Aplicada
NCP 20 - Divulgações de Partes Relacionadas	Aplicada
NCP 21 - Demonstrações Financeiras Separadas	Aplicada
NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Aplicada
NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Aplicada
NCP 24 - Acordos Conjuntos	Aplicada
NCP 25 - Relato por Segmentos	Aplicada
NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental	Aplicada
NCP 27 - Contabilidade de Gestão	Aplicada

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos:

Conta	2023	2022
Caixa	13 597,36	122 191,61
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	40 455 345,18	41 966 759,65
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	-	-
Depósitos consignados	4 611 718,16	6 020 554,48
Total	45 080 660,70	48 109 505,74

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras Consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

A consistência das demonstrações financeiras procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a

vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os terrenos não são amortizáveis.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, é considerado esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Por não se considerarem materialmente relevantes e respeitando as notas explicativas ao plano de contas multidimensional, as aquisições de bens de valor unitário inferior a 100 euros são consideradas como gasto do exercício.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pela autarquia mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação pública e saneamento de águas residuais, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Cientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis e Derrama cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Contratos de construção

Quando a autarquia é contratada para construir equipamentos para a entidade contratante, reconhece os rendimentos desse contrato em função da execução física da respetiva obra, efetuando os respetivos diferimentos ou acréscimos de rendimentos.

Se a autarquia estabelecer um protocolo que implique um subsídio para a totalidade da construção de um equipamento que será titulado pela entidade concedente do subsídio, reconhece esse protocolo como contrato de construção nos termos do parágrafo anterior.

Sempre que um contrato de construção se verifique como oneroso é registada a respetiva provisão.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.
- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
- Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no

Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

- Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre dentro do período normal calendarizado.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos incluídos nestas rubricas apenas quando a autarquia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a obrigações presentes resultantes de acontecimentos já ocorridos, sendo provável um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o quase se destinou o apoio.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas municipais é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos trabalhadores e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os trabalhadores na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebido e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido, são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Nota 3 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente diversos projetos de desenvolvimento e programas informáticos diferenciados do computador.

A amortização dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas:

AI - ATIVOS INTANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Reval.	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	370 115,00	106 770,55	-	-	-	-	-191 719,90	-	-17 778,26	267 387,39
Propriedade industrial e intelectual	25 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	25 000,00
Outros	-	11 516,97	-	-	-	-	283,47	-	-	11 233,50
Ativos intangíveis em curso	69 574,82	-	-17 908,80	-	-	-	-	-	-	51 666,02
total	464 689,82	118 287,52	-17 908,80	-	-	-	-192 003,37	-	-17 778,26	355 286,91

Detalham-se nos quadros seguintes as adições e diminuições ocorridas em ativos intangíveis:

AI-A - Ativos Intangíveis desagregação das Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	51 177,14	-	-	-	-	-	-	55 593,41	106 770,55
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	11 516,97	11 516,97
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
total	-	51 177,14	-	-	-	-	-	-	67 110,38	118 287,52

AI-D - Ativos Intangíveis desagregação das Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas	-	-	-	-17 778,26	-17 778,26
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-
total	-	-	-	-17 778,26	-17 778,26

O quadro seguinte detalha a variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas:

Al- Ativos Intangíveis variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	497 199,80	497 199,80	-	-	497 199,80	497 199,80	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	2 249 095,03	1 878 980,03	-	370 115,00	2 333 201,81	2 065 814,42	-	267 387,39
Propriedade industrial e intelectual	25 000,00	-	-	25 000,00	25 000,00	-	-	25 000,00
Outros	-	-	-	-	11 516,97	283,47	-	11 233,50
Ativos intangíveis em curso	69 574,82	-	-	69 574,82	51 666,02	-	-	51 666,02
total	2 840 869,65	2 376 179,83		464 689,82	2 918 584,60	2 563 297,69		355 286,91

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-REDES - Distribuição Energia, S.A		20 Anos				

Pela aplicação da NCP 4 deveria ser reconhecido como ativos de concessão os equipamentos/bens relativos à Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública geridos atualmente pela E-REDES - Distribuição Energia, S.A.

Os equipamentos/bens, referidos anteriormente, são nos termos do contrato de concessão geridos, construídos ou instalados pela E-REDES - Distribuição Energia, S.A mediante uma renda de exploração – rendimentos.

À data, apesar de ter sido solicitado pelos serviços municipais à E-REDES - Distribuição Energia, S.A, não existe informação relativa ao valor e detalhe destes ativos de concessão reportada a 31.12.2023.

Adicionalmente, por não se conseguir identificar os referidos equipamentos/bens de forma detalhada, considera-se não estarem cumpridos os critérios de reconhecimento como Ativos Fixos Tangíveis no Município.

Atendendo à ausência de informação do concedente, quanto ao valor destes equipamentos/bens em 2023 e a justificação para a respetiva variação, por prudência o Município considerou mais relevante não colocar uma informação imprecisa.

Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis

No que diz respeito à implementação das Normas de Contabilidade Pública do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 setembro, mais concretamente a NPC 5 - Ativos Fixos Tangíveis, no Município de Lagos, ainda se encontra em curso.

Embora o extenso trabalho já desenvolvido, principalmente no âmbito dos Bens do domínio privado, na presente data ainda está a decorrer uma reconciliação físico-contabilística ao património, independentemente da sua natureza (Bens do domínio público e privado). Trata-se de um trabalho de inventariação e peritagem que consiste num levantamento que garanta o cumprimento de todas as normas exigíveis, sejam elas administrativas, fiscais ou contabilísticas.

Neste trabalho cada registo de património/inventário fica completo com a informação necessária sobre a identificação do bem, o tipo de bem, a data, a mensuração pelo seu custo, método de depreciação e valor líquido, entre outras classificações e informações. Ainda no que diz respeito aos bens imóveis, sempre que necessário é atualizado o registo predial na conservatória e a caderneta predial junto da autoridade tributária.

A morosidade deste trabalho é justificada pelo elevado número de bens do ativo fixo tangível e pela falta de informação e de identificação dos bens sobre os quais não se verifica controlo (alguns bens do domínio público).

No quadro abaixo enumera-se os bens por tipo de tratamento contabilístico, de acordo com a Norma:

Tratamento contabilístico	
Acréscimo de vida útil e conseqüente atualização de taxa de amortização	5 406
Decréscimo de vida útil e conseqüente atualização de taxa de amortização	1 248
Cedência de terrenos para Domínio Público - nº3 do art.º46º do CIMI	1 530
Correção do valor atual/aquisição	284
Reclassificação contabilística de acordo com Classificador Complementar 2	203
Reclassificação contabilística de terrenos e Direito de Superfície	160
Abate de ativos (valor < a 100€)	66 996
Registo predial na conservatória e autoridade tributária	16
Total	75 843

Os ativos fixos tangíveis da conta consolidada são variados, incluem, entre outros, equipamento básico e mobiliário, mas a sua principal componente é relativa a equipamento de transporte e outros bens de domínio público, quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas:

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	17 054 412,58	165 337,19	2 839 869,20	-	-	-	336 174,48	-	19 723 444,49
Edifícios e outras construções	10 393 548,55	1 366,63	30 705,38	-	-	-	420 126,17	-	10 005 494,39
Infraestruturas	41 039 528,75	42 636,57	248 123,56	-	-	-	2 341 514,37	-116 460,88	38 376 066,51
Património histórico, artístico e cultural	772 516,18	38 226,00	7 884,76	-	-	-	1 448,10	-	817 178,84
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	43 513 058,53	4 685 832,25	216 041,99	-	-	-	-	2 493,99	48 412 438,78
Edifícios e outras construções	94 661 848,88	176 044,87	1 778 376,98	-	-	-	3 248 098,30	-138 777,39	93 229 395,04
Equipamento básico	2 627 180,81	494 118,79	14 703,72	-	-	-	249 909,05	-1 049 905,45	2 336 006,92
Equipamento de transporte	1 673 925,15	835 111,51	-	-	-	-	379 360,96	-232 481,47	1 897 194,23
Equipamento administrativo	580 511,73	1 234 278,15	-	-	-	-	159 503,85	-56 512,16	1 598 773,87
Equipamentos biológicos	4 708 459,50	-	64 095,01	-	-	-	4 701 774,77	-	6 684,73
Outros	1 846 136,84	122 782,95	-	-	-	-	362 598,80	-11 404,08	1 659 011,92
Ativos fixos tangíveis em curso	15 953 747,65	13 706 131,14	4 495 602,69	-	-	-	-	-	25 164 276,10
Total	234 824 875,15	21 501 866,05	207 950,79	-	-	-	-11 700 690,75	-1 608 035,42	243 225 965,82

A desagregação das adições e diminuições resumem-se nos quadros seguintes:

AFT-A - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Adições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fuêlo, cêño, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	-	59 422,18	-	-	-	-	-	-	-	105 915,01	165 337,19
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 366,63	1 366,63
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42 636,57	42 636,57
Património histórico, artístico e cultural	-	15 536,00	-	-	-	21 690,00	-	-	-	-	38 226,00
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	-	1 753 462,44	83,40	-	-	-	-	-	-	2 931 286,41	4 685 832,25
Edifícios e outras construções	-	819,41	-	-	-	-	-	-	-	175 225,46	176 044,87
Equipamento básico	22 431,11	253 825,06	-	-	-	-	-	-	-	217 882,62	494 118,79
Equipamento de transporte	-	811 855,80	-	-	-	-	-	-	-	23 255,71	835 111,51
Equipamento administrativo	682,75	1 223 361,64	-	-	-	-	-	-	-	10 233,76	1 734 278,15
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	116 339,07	-	-	-	140,00	-	-	-	6 303,88	122 782,95
Ativos fixos tangíveis em curso	12 297 003,74	-	-	-	-	-	-	-	-	1 409 127,60	13 706 131,14
Total	12 320 097,60	4 234 621,60	83,40	-	-	22 830,00	-	-	-	4 924 233,45	21 501 866,05

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Diminuições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	11 153,63	-	-	105 307,25	116 460,88
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	2 493,99	2 493,99
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	138 777,39	138 777,39
Equipamento básico	-	-	-	-	1 049 905,45	1 049 905,45
Equipamento de transporte	168 581,03	-	-	-	63 900,44	232 481,47
Equipamento administrativo	-	-	-	-	56 512,16	56 512,16
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	11 404,08	11 404,08
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	168 581,03	11 153,63	-	-	1 428 300,76	1 608 035,42

Detalha-se no quadro seguinte a variação das depreciações e amortizações e perdas por imparidade acumuladas:

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	17 082 427,12	28 014,54	-	17 054 412,58	20 087 633,51	364 189,02	-	19 723 444,49
Edifícios e outras construções	13 904 914,91	3 511 366,36	-	10 393 548,55	13 936 986,92	3 931 492,53	-	10 005 494,39
Infraestruturas	99 791 841,32	58 752 312,57	-	41 039 528,75	99 469 893,45	61 093 826,94	-	38 376 066,51
Património histórico, artístico e cultural	776 257,16	3 740,98	-	772 516,18	822 367,92	5 189,08	-	817 178,84
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	43 513 058,53	-	-	43 513 058,53	48 412 438,78	-	-	48 412 438,78
Edifícios e outras construções	123 038 599,49	28 376 750,61	-	94 661 848,88	124 854 243,95	31 624 848,91	-	93 229 395,04
Equipamento básico	9 754 903,99	7 127 723,18	-	2 627 180,81	9 213 821,05	6 877 814,13	-	2 336 006,92
Equipamento de transporte	7 401 701,08	5 727 775,93	-	1 673 925,15	8 004 331,12	6 107 136,89	-	1 897 194,23
Equipamento administrativo	4 573 178,94	3 990 486,82	-	582 692,12	5 750 944,93	4 149 990,67	-	1 600 954,26
Equipamentos biológicos	4 717 295,20	8 835,70	-	4 708 459,50	4 717 295,20	4 710 610,47	-	6 684,73
Outros	5 638 601,96	3 794 645,51	-	1 843 956,45	5 814 075,84	4 157 244,31	-	1 656 831,53
Ativos fixos tangíveis em curso	15 953 747,65	-	-	15 953 747,65	25 164 276,10	-	-	25 164 276,10
Total	346 146 527,35	111 321 652,20	-	234 824 875,15	366 248 308,77	123 022 342,95	-	243 225 965,82

Nota 6 - Locações

Não existem ativos com adquiridos com recurso à locação financeira.

Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos e financiamentos obtidos

Nesta nota divulga-se o que concerne a gastos com empréstimos obtidos e os saldos de financiamentos obtidos à data de 31 de dezembro de 2023 (ver em anexo Mapa de Empréstimos):

Financiamentos obtidos	2023	2022
Juros de financiamentos obtidos	279 012,43	38 923,21
Outros gastos de financiamento	0,00	0,00
Total	279 012,43	38 923,21

Financiamentos obtidos	2023	2022
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		
Exigível a curto prazo	0,00	0,00
Empréstimos bancários		
Exigível a curto prazo	885 167,54	1 008 356,31
Total a curto prazo	885 167,54	1 008 356,31
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		
Exigível a médio e longo prazo	0,00	0,00
Empréstimos bancários		
Exigível a médio e longo prazo	7 408 902,61	8 233 801,75
Total a médio e longo prazo	7 408 902,61	8 233 801,75

Nota 8 - Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos foram:

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO									
Bens de domínio público									
Terrenos e recursos naturais	5 986 999,17	505 138,53	- 190 041,99					-4 872 881,46	1 429 214,25
Edifícios e outras construções	282 964,14			- 8 229,12					274 735,02
Outras propriedades de investimento									
Propriedades de investimento em curso									
total	6 269 963,31	505 138,53	- 190 041,99	- 8 229,12				-4 872 881,46	1 703 949,27

PI-A - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO desagregação das Adições (modelo do custo)

RUBRICAS	Adições (modelo do custo)									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO Bens de domínio público Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Outras propriedades de investimento Propriedades de investimento em curso									505 138,53	505 138,53
total									505 138,53	505 138,53

PI-D - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO desagregação das Diminuições (modelo do custo)

RUBRICAS	Diminuições (modelo do custo)				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO Bens de domínio público Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Outras propriedades de investimento Propriedades de investimento em curso				4 872 881,46	4 872 881,46
total	-	-	-	4 872 881,46	4 872 881,46

Nota 9 - Imparidade de ativos

O reconhecimento das imparidades de dívidas a receber de clientes e utentes foi avaliado à data do relato, isto é, no final do período contabilístico, toda a dívida que evidenciava risco de incobrabilidade foi reconhecida imparidade a 100% (dívida em mora desde o ano 2012 até 2023).

Devido à boa cobrança da faturação do próprio ano e de dívidas de anos anteriores, verificaram-se condições que permitiram o desreconhecimento de parte das imparidades – Reversão,

Relativamente à imparidade de inventários e conforme o disposto na NCP10 do SNC – AP, foi considerado o valor das existências em armazém sem consumo há mais de um ano (períodos anteriores a 31 de dezembro de 2022).

Imparidades de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Depósitos à ordem	40 455 345,18	-	-	40 455 345,18
Outros depósitos	4 611 718,16	-	-	4 611 718,16
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	-	-	-	-
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	854 273,41	-	-	854 273,41
Clientes, contribuintes e utentes	2 361 148,89	1 208 497,61	-	1 152 651,28
Fornecedores	127 721,96	-	-	127 721,96
Pessoal	-	-	-	-
Acionistas/sócios/associados	-	-	-	-
Outras contas a receber	16 171 697,69	-	-	16 171 697,69
Outras contas a pagar	11 624 272,81	-	-	11 624 272,81
Mercadorias	277 962,27	-	-	277 962,27
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	612 098,11	253 059,93	56,70	359 094,88
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-
Investimentos financeiros	3 290 786,24	-	-	3 290 786,24
Propriedades de investimento	1 703 949,27	-	-	1 703 949,27
Ativos fixos tangíveis	218 061 689,72	-	-	218 061 689,72
Ativos intangíveis	303 620,89	-	-	303 620,89
Investimentos em curso	25 215 942,12	-	-	25 215 942,12
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
Total	325 672 226,72	1 461 557,54	56,70	324 210 725,88

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2023 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	277 962,27	-	277 962,27
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	612 098,11	253 003,23	359 094,88
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	890 060,38	253 003,23	637 057,15

Rubrica	Quantia escriturada Inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos Inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)- /(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
Mercadorias	209 169,34	3 391 057,09	3 290 691,58	-	-	-	31 572,58	-	277 962,27
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	396 675,06	853 279,20	664 544,11	-	253 003,23	-	-	26 687,96	359 094,88
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	605 844,40	4 244 336,29	3 955 235,69	-	253 003,23	-	31 572,58	26 687,96	637 057,15

Nota 11 - Agricultura

Não se aplica.

Nota 12 - Contratos de construção

Não se aplica.

Nota 13 - Rendimentos de transações com contraprestação

Procedeu-se ao tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	4 242 603,37				
Multas e outras penalidades	334 031,02				
Vendas					
Água	4 161 180,05				
Outras mercadorias	2 605 774,26				
Produtos acabados e intermédios	866,55				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	7 798,00				
Prestações de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais					
Resíduos Sólidos	1 332 372,01				
Transportes Escolares	1 141,10				
Transporte de Pessoas e Mercadorias	430 745,85				
Trabalhos por Conta de Particulares	5 126,64				
Cemitérios	76 813,81				
Mercados e Feiras	130 708,76				
Parques de Estacionamento	22 182,69				
Serviços Recreativos	31 100,89				
Serviços Culturais	180 544,38				
Serviços Desporto	3 551,25				
Canídeos	1 737,45				
Tarifa de disponibilidade	4 030 327,36				
Outros	3 062 560,04				
Outros Rendimentos					
Rendimentos suplementares	123 830,44				
Ganhos em inventários	84 400,27				
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	929 768,00				
Rendimentos em investimentos não financeiros					
Correções relativas a períodos anteriores	1 588 906,14				
Outros não especificados	650 470,84				
TOTAL	24 038 541,17				

Nota 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Foram reconhecidos, no período de 2023, os seguintes rendimentos de transações sem contraprestação:

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Imposto municipal sobre imóveis	11 829 919,36				
Imposto único de circulação	1 278 144,29				
Derrama	17 597,46				
Impostos indiretos	-				
Imposto sobre veículos	-				
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	-				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	28 475 603,29				
Transferências e subsídios correntes obtidos	-				
Estado	6 503 425,51				
Serviços e Fundos Autónomos	14 042,85				
Administração Local	13 525,60				
Resto do Mundo	252 685,61				
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 594 361,44				
Subsídios correntes	34 130,11				
Reversões	-				
De provisões	-				
De perdas por imparidade	56,70				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	425 165,01				
Outros Rendimentos e ganhos	11 222,19				
TOTAL	50 449 879,42				

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O valor da rubrica de provisões é corresponde essencialmente ao montante apurado para fazer face aos riscos existentes de exfluxos de recursos no futuro, aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer por outras entidades.

Em 2023, foram atualizadas as provisões de processos judiciais em curso, bem como as provisões relativas a acidentes de trabalho e doenças profissionais, e pensões vitalícias.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das provisões reconhecidas é o seguinte:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	88 085,32	5 029,42	-	-	5 029,42	-	-	-	-	93 114,74
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	31 088,25	-	-	-	-	-	-	-	-	31 088,25
Matérias ambientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	120 678,64	5 252,74	-	-	5 252,74	-	-	-	-	125 931,38
Total	239 852,21	10 282,16	-	-	10 282,16	-	-	-	-	250 134,37

Detalhe das provisões de processos de acidentes de trabalho e doenças profissionais:

	31/12/2022	Aumento / Diminuição	31/12/2023
Pensões por acidentes em serviço	120 678,64	5 252,74	125 931,38
Pensões por doenças profissionais	31 088,25	0,00	31 088,25

Detalhe dos processos judiciais que evidenciam risco:

N.º de Processo	Autor	Anteriores 2023	31/12/2023	31/12/2023	Pedido
			Anula Provisão	Constitui Provisão	
38/14.0BELLE do TAF de Loulé	ESTORES BANDARRA, LDª			3 908,44	Condenar o ML a pagar à Autora a quantia de €3.908,44 de alegados danos num veículo, que terão sido provocados por roçar em troncos de uma árvore, e pelo aluguer de outro veículo, quantia acrescida de juros de mora.
72/14.0BELLE do TAF de Loulé	COLINA D'ATALAIA-Promoção Imobiliária, LDª			39 968,32	Condenar o ML a pagar à Autora a quantia de €35.784,04, acrescida de juros de mora à taxa legal, vencidos e vincendos, a contar de 28/02/2011, liquidados em €4.184,28 até 31/01/2014. Respeita à não restituição de caução no caso de ligação da rede de águas pluviais à rede pública, no Sítio da Atalaia.
163/19.1BELLE do TAF de Loulé	Lusitânia, Companhia de Seguros, SA			7 275,26	Condenar o ML a pagar à Autora a quantia de €7.275,26 quantia acrescida de juros de mora. Este processo foi apenso ao de Estores Bandarra, Lda.
564/17.0BELLE TAF de Loulé	Futurlagos, EM, SA - Em liquidação	56 495,50	56 495,50		Impugnação judicial em 2017 do Processo de inspeção tributária, no exercício da atividade de 2013.
810/15.4BELLE - U.O.1 do TAF de Loulé	António José Ramos	31 589,82			Ser declarada a nulidade do acto impugnado (anulação da licença de loteamento titulada pelo alvará n.º 7/94 e revogação da liberação que concedeu a referida licença na reunião de Câmara de 05/01/1989, por se tratar de um ato viciado por erro sobre os pressupostos de facto em virtude da falta de legitimidade do titular) ou, quando assim se não entenda, ser esse acto anulado; Ser o Município de Lagos condenado a restabelecer a situação que existiria caso o acto impugnado não tivesse sido praticado, devendo o processo de loteamento prosseguir os seus trâmites.
752/11.2BELLE do TAF de Loulé	CESPA PORTUGAL, S.A.			10 372,40	Reconhecer-se o direito da Autora a não lhe ser aplicada a redução de 10% prevista no artigo 22º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12; em consequência, condenação do Município a pagar à Autora as quantias retidas a esse título, em várias facturas, relativas ao serviço de manutenção de espaços verdes urbanos, Lote 1 - zona nascente.
Saldo da conta 293 a 31.12.2023		88 085,32	56 495,50	61 524,42	

Nota 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

No corrente exercício não houve registos de taxas de câmbio desfavoráveis ou favoráveis.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Investimentos financeiros

Investimentos financeiros	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM	0,00	0,00	0,00	0,00
Terras do Infante - Associação de Municípios	334 437,39	25 160,65	0,00	359 598,04
Neofutur- Promoção e Conservação de Imóveis, S.A.	535 226,58	314 344,97	245 000,00	604 571,55
Centro de Ciência Viva de Lagos	12 864,15	0,00	0,00	12 864,15
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1 046 812,50	0,00	0,00	1 046 812,50
Algar, SA	253 310,00	0,00	0,00	253 310,00
Águas do Algarve, SA	1 013 630,00	0,00	0,00	1 013 630,00
Total	3 196 280,62	339 505,62	245 000,00	3 290 786,24

Nota 19 - Benefícios dos empregados

O número médio de pessoal no Município e na Empresa Lagos-em-Forma em 2023 foi de 982 e 56, respetivamente.

Os gastos que incorreram com os trabalhadores foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	271 980,25	239 293,90
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	50 061,28	47 037,03
Remunerações do pessoal	17 042 951,41	14 455 416,93
Encargos sobre remunerações	3 899 511,79	3 298 946,90
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	207 666,00	188 267,97
Outros gastos com o pessoal	813 662,05	772 846,90
Outros encargos sociais	401 528,86	379 123,75
Total	22 687 361,64	19 380 933,38

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final	Motivo de exclusão na consolidação
					Direto	Indireto		
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM,SA	Empresa municipal - integrada na consolidação de contas	Complexo Desportivo Municipal 8600-324 Lagos	250 000,00	1 926 320,63	100%		Existe	
Águas do Algarve, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua do Repouso nº 10 8000-302 Faro	29 230 875,00	1 013 630,00	3,40%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Algar, S.A.	Participação minoritária registada pelo método do custo	Rua Cândido Guerreiro nº 43 3º Frt 8000-302 Faro	7 500 000,00	253 310,00	3,38%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Neofutur - Promoção e Conservação de Imóveis, SA	Participação minoritária registada pelo MEP	Marina de Lagos - Loja 6 Núcleo Gil eanes 8600-780 Lagos	100 000,00	604 571,55	49,00%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Centro de Ciência Viva de Lagos	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua Dr. Faria e Silva, nº 34 8600 Lagos	50 579,79	12 864,15	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Terras do Infante - Associação de Municípios	Participação minoritária registada pelo MEP	Edifício do Paços do Concelho, 5éc. XXI Praça do Município, 8600 – 293 Lagos	743 360,65	359 598,04	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Fundo de Apoio Municipal	Participação por realizar no capital social, registada de acordo com indicação do SATAPOCAL	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	650 000 000,00	1 046 812,50	0,036%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM,SA	Empresa municipal - integrada na consolidação de contas	Subsídios correntes concedidos	372 000,00	3%	-
		FSE	459 483,19	4%	-
Águas do Algarve, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	Compras mercadorias	3 455 215,05	27%	-
		FSE	2 962 975,92	23%	-
		Outros gastos	256 828,66	2%	-
Algar, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	FSE	1 978 936,32	15%	-
		Outros gastos	562 039,21	4%	-
Neofutur - Promoção e Conservação de Imóveis, SA	Participação minoritária registada pelo MEP	FSE	1 631 496,84	13%	-
		Outros gastos	732 267,12	6%	-
Centro de Ciência Viva de Lagos	Participação minoritária registada pelo MEP	Transferências correntes concedidos	207 688,80	2%	-
		FSE	1 827,50	0%	-
Terras do Infante - Associação de Municípios	Participação minoritária registada pelo MEP	FSE	210 000,00	2%	-
			12 830 758,61	100%	

Nota 21 - Relato por segmentos

Não se aplica.

Nota 22 - Outra informação considerada relevante

Nota 22.1 - Contrato de arrendamento da NEOFUTUR, SA

Conforme tem sido referido, a Câmara Municipal de Lagos (CM Lagos), tem um contrato de arrendamento, com a Neofutur, SA, para o Edifício Paços do Concelho do Séc. XXI, dos serviços municipais, onde todo o cronograma do contrato de arrendamento é de pagamento obrigatório e no final do contrato a CM Lagos tem a opção de compra a parte que não detêm da Neofutur, SA pelo seu valor nominal que é meramente residual.

A Neofutur, SA no final do contrato de arrendamento, será essencialmente constituída pelos Ativos Fixos Tangíveis subjacentes ao contrato de arrendamento e disponibilidades resultantes de dividendos não distribuídos, sendo os passivos meramente residuais.

Com a introdução do SNC-AP, aplicável às demonstrações financeiras da autarquia em 2020, tornou-se necessário rever a forma de contabilização da participação da empresa e da dívida que a CM Lagos tem registada relativa ao contrato de arrendamento.

Aplicando os princípios definidos no SNC-AP, nomeadamente pelas NCP 6 - Locações e NCP 18 – Instrumentos Financeiros, temos que:

1. O contrato de arrendamento tem subjacente um ativo controlado pela autarquia que cumpre com os critérios de reconhecimento de ativo fixo tangível;
2. Existe um passivo financeiro, inerente ao contrato de arrendamento, que deve corresponder aos pagamentos futuros mínimos pelo seu valor presente, desconsiderados dos pagamentos relativos aos custos de serviços prestados pelo locador;
3. A empresa por ser considerada como entidade associada nos termos da NCP 23-Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, foi registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Assim, face ao normativo contabilístico atual, ajustámos o endividamento inerente ao contrato de arrendamento, considerando a taxa de financiamento da própria empresa para o ativo subjacente.

O total de pagamentos mínimos previstos no contrato de arrendamento a suportar pela autarquia é o que se demonstra no quadro seguinte:

Ano	Neofutur,SA		
	Pagamentos mínimos	Serviços de manutenção implícitos estimados	Total
2024	2 191 143,72	196 023,96	2 387 167,68
2025	2 191 143,72	196 023,96	2 387 167,68
2026	2 191 143,72	196 023,96	2 387 167,68
Total	6 573 431,16	588 071,88	7 161 503,04

Relativamente ao ajustamento aplicação do MEP temos o seguinte resultado:

Neofutur, SA		
Descrição		Valor
1	Valor da participação ao custo 31.12.2022	535 226,58
2	Capitais Próprios da empresa a 31.12.2023	1 233 819,51
3	% de detenção	49%
4=3x2	Valor da participação ao MEP a 31.12.2023	604 571,56
5=4-1	Ajustamento	69 344,98

22.2 Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados

Para os períodos de 2023 a 2022 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	854 108,49	3 282 856,77
Estado	0,00	0,00
Administração Local	0,00	3 231,20
Administração Regional	0,00	0,00
Fundos Comunitários	842 984,89	2 951 119,98
Serviços e Fundos Autónomos	0,00	0,00
Outros	11 123,60	328 505,59
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	164,92	164,92
De curto prazo	0,00	0,00
De médio e longo prazo	164,92	164,92

Descrição	2023	2022
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00	0,00
Estado	0,00	0,00
Administração Local	0,00	0,00
Administração Regional	0,00	0,00
Fundos Comunitários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00
De curto prazo	0,00	0,00
De médio e longo prazo	0,00	0,00

22.3 Clientes

Nos períodos de 2023 e 2022 registaram-se as seguintes dívidas de “Clientes”:

Descrição	2023	2022
Clientes c/c	579 527,58	357 865,48
Contribuintes	0,00	0,00
Utentes	939 921,32	748 976,79
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	887 171,49	690 096,92
Clientes e contribuintes e utentes factoring	0,00	0,00
Sub-total de clientes, contribuintes e utentes	2 406 620,39	1 796 939,19
Imparidade de dívidas a receber	1 208 497,61	901 157,68
Total clientes, contribuintes e utentes	1 198 122,78	895 781,51

Descrição	2023	2022
Clientes c/c	45 471,50	45 471,50
Contribuintes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total de adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	45 471,50	45 471,50

22.4 Diferimentos

O Município criou “Diferimentos” de gastos a reconhecer e de rendimentos a reconhecer. Na conta de “outros rendimentos a reconhecer” estão reconhecidos os rendimentos diferidos provenientes dos contratos de direitos de superfície concedidos no montante de 2 412 565,78 €.

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer	271 623,38	323 296,82
Transferências e subsídios concedidos com condições	0,00	0,00
Outros	271 623,38	323 296,82
Rendimentos a reconhecer	2 441 140,59	2 509 747,68
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	21 032,02	21 032,02
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	0,00	0,00
Rendimentos da área da educação	0,00	0,00
Acordos de concessão de serviços	0,00	0,00
Outros	2 420 108,57	2 488 715,66

22.5 Fornecedores

Os saldos das rubricas de “Fornecedores” e “Fornecedores de investimentos” são discriminados da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	127 721,96	75 897,20
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	127 721,96	75 897,20

Descrição	2023	2022
Fornecedores de investimentos c/c	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

22.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	322 139,54	189 278,53
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	322 139,54	189 278,53
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	17 415,07	8 195,27
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9 102,16	13 240,43
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	154 118,68	146 600,77
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações	446 344,14	361 661,12
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	626 980,05	529 697,59

22.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras Contas a Pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	passivo corrente	passivo não corrente	passivo corrente	passivo não corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações com pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos*	5 356 620,59	0,00	5 348 166,10	0,00
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	34 190,00	17 110,85	24 350,00	26 605,25
Credores por prestações sociais a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por prestações sociais em presc	0,00	0,00	0,00	0,00
Sindicatos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	2 335 872,33	3 880 479,04	2 252 745,03	5 573 794,24
Total	7 726 682,92	3 897 589,89	7 625 261,13	5 600 399,49

* O saldo apresentado na conta "Credores por acréscimos de gastos" representa:

- a estimativa das remunerações (férias, subsídios de férias e os respetivos encargos) a pagar em 2024;
- faturação de credores referentes ao ano 2023, cujo documento vinculativo foi rececionado em 2024;

22.8 Outras Contas a Receber

A rubrica "Outras Contas a Receber" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	ativo corrente	ativo não corrente	ativo corrente	ativo não corrente
Devedores por contratos de cedência	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por acréscimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos e taxas imputados ao período	13 595 714,67	0,00	13 846 376,57	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos**	1 784 539,06	0,00	1 660 944,66	0,00
Cauções	26 250,00	0,00	26 250,00	0,00
Devedores por alienação de ativos fixos	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por prestações sociais a repor	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por empréstimos não bonificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	765 193,96	0,00	734 219,69	0,00
Total	16 171 697,69	0,00	16 267 790,92	0,00

** O saldo apresentado na conta "Devedores por acréscimos de rendimentos" representa o seguinte:

- Estimativa de vendas e prestação de serviços de consumos do ano 2023 faturados em 2024;
- Estimativa de juros.

22.9 Património Líquido

O património líquido consolidado passou a totalizar 289 781 276,63€, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Património/capital	138 441 811,85			138 441 811,85
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas	12 097 518,79	681 592,55		12 759 797,93
Resultados transitados	93 306 980,19	13 326 601,88	5 506 349,41	101 066 450,99
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do resultado líquido de 2022	0,00	13 307 288,47	0,00	0,00
Regularização de transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras regularizações	0,00	19 313,41	5 506 349,41	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros	2 099 789,97	0,00	1 274 581,49	1 852 630,61
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				
Outras variações no património líquido	29 488 250,12	3 510 076,79	13 143,41	32 998 326,91
Ajustamentos de transição para o SNC-AP				
Transferências e subsídios de capital	0,00	2 978 943,99	13 143,41	
Doações obtidas	0,00	531 132,80	0,00	
Transferências de ativos	0,00	0,00	0,00	
Total	275 434 350,92			287 119 018,29
Resultado líquido do período	13 140 196,32			2 596 017,95
Total dos fundos patrimoniais	288 574 547,24			289 715 036,24

22.10 Impostos, contribuições e taxas

Nos períodos de 2023 e 2022, os valores reconhecidos foram os abaixo descritos, tendo-se verificado uma variação negativa, justificada principalmente pela diminuição substancial do IMT, na rubrica dos impostos indiretos.

Descrição	2023	2022
Impostos diretos	13 125 661,11	13 940 534,42
Impostos indiretos	28 475 603,29	34 266 241,17
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	4 576 634,39	4 590 051,79
Total	46 177 898,79	52 796 827,38

22.11 Vendas e Prestações de Serviços

Os saldos consolidados são os seguintes:

Descrição	2023	2022
Mercadorias	6 767 068,94	4 785 690,43
Produtos acabados e intermédios	866,65	1 189,67
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	7 798,00	979,00
Ativos biológicos	0,00	0,00
Devoluções de vendas	-114,73	-574,64
Descontos e abatimentos em vendas	0,00	0,00
Total de Vendas	6 775 618,86	4 787 284,46

Descrição	2023	2022
Serviços específicos das autarquias locais	6 777 311,23	5 930 885,17
Outros serviços	0,00	0,00
Total de Prestações de Serviços	6 777 311,23	5 930 885,17

22.12 Transferências e subsídios correntes obtidos

Os saldos consolidados são os seguintes:

Descrição	2023	2022
Transferências correntes	8 342 508,96	8 712 808,85
Subsídios correntes	34 130,11	87 749,37
Total	8 376 639,07	8 800 558,22

22.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se detalhada no quadro abaixo.

Descrição	2023	2022
Outros rendimentos do Estado	0,00	0,00
Rendimentos suplementares	110 687,03	364 798,85
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de contas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	84 400,27	58 826,37
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	681 243,83	714 076,62
Outros	2 667 642,71	2 150 267,78
Total	3 543 973,84	3 287 969,62

22.14 Transferências e subsídios correntes concedidos

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, as seguintes transferências e subsídios:

Descrição	2023	2022
Transferências correntes concedidas	8 296 090,45	5 670 756,99
Subsídios correntes concedidos	35 150,00	0,00
Prestações sociais concedidas	19 310,49	12 724,84
Transferências de capital concedidas	1 474 784,77	654 565,73
Subsídios de capital concedidos	0,00	0,00
Transferências para cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Transferências e subsídios para reforço de liquidez	0,00	0,00
Transferências e subsídios para amortização de dívida	0,00	0,00
Outros subsídios e transferências de capital	0,00	0,00
Total	9 825 335,71	6 338 047,56

22.15 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos e parcerias	4 858 668,56	5 210 938,44
Serviços especializados	4 629 050,90	4 271 067,92
Materiais de consumo	861 596,59	781 146,60
Energia e fluidos	1 171 727,31	1 326 383,25
Deslocações, estadas e transportes	187 576,32	174 459,08
Serviços diversos	8 328 741,42	7 645 083,56
Total	20 037 361,10	19 409 078,85

22.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos e taxas	927 716,76	1 096 717,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	17 303,90	4 150,24
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	411 123,28	484 791,71
Outros	2 551 611,49	4 933 808,57
Total	3 907 755,43	6 519 467,52

22.17 Resultados entre Rendimentos e Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos

Descrição	2023	2022
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	586 244,78	799 762,57
Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	284 418,38
Rendimentos/Gastos entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	586 244,78	515 344,19

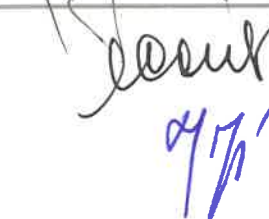
22.18 Resultados Financeiros

Descrição	2023	2022
Juros e encargos suportados	278 492,22	39 144,22
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de financiamento	0,00	0,00
Outros gastos de financiamento	0,00	0,00
Outros gastos	364 326,56	347 123,99
Total	642 818,78	386 268,21
Gestão da tesouraria e da dívida direta do Estado	0,00	0,00
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de financiamento	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Outros rendimentos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-642 818,78	-386 268,21

ORGÃO EXECUTIVO
Em 11 de Junho de 2024



ORGÃO DELIBERATIVO
Em 24 de Junho de 2024



5. Contabilidade de Gestã

5.1 Introduçã

A contabilidade de gestã destina-se a produzir informaça relevante e analítica sobre gastos, rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informaça dos dirigentes pùblicos na tomada de decisões, permitindo uma melhor avaliaça da economia, eficácia e eficiêcia das políticas pùblicas, tornando-se num instrumento de gestã interna de extrema importância.

Este sistema contabilístico permite desagregar gastos e rendimentos por funções, bens e serviços, complementando a contabilidade orçamental e financeira.

O presente relatório é elaborado nos termos da Norma de Contabilidade Pùblica (NCP) 27 – Contabilidade de Gestã do Sistema de Normalizaça Contabilística para as Administrações Pùblicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º192/2015 de 11 de setembro.

5.2 Demonstraça de Resultados por serviços e por funções

Com o objetivo de garantir a avaliaça da margem produzida nas diversas atividades da autarquia, ou seja, analisar os diferenciais entre os rendimentos gerados e os gastos dos recursos utilizados pelas diversas funções e centros de responsabilidade, procedeu-se as seguintes medidas:

- Imputaçã dos rendimentos proveniente de imposto pelas diferentes funções e diferentes centros de responsabilidade, em proporça com o número de trabalhadores afetos e também em proporça aos gastos do ano anterior;
- Melhoramento da imputaçã dos gastos de acordo com o fim a que se destinam, independentemente do serviço requisitante;
- Reclassificaça dos gastos e rendimentos por natureza e de acordo com os objetivos e necessidades de informaça;
- Reduçã da imputaçã dos rendimentos e gastos a não incorporáveis.

Esta última medida, aumento substancial da incorporaça de rendimentos e gastos diretos/indiretos em relaça ao período homólogo, no sistema de Contabilidade de Gestã em detrimento de rendimentos e gastos não incorporáveis, permitiu um apurando mais exato e fidedigno dos resultados por funções:

Função	Gastos	Rendimentos	Resultado 2023
Funções Gerais	11 187 222,76	11 357 435,38	170 212,62
Função: 110 - Serviços gerais de administração pública	676 438,89	1 140 562,28	464 123,39
Função: 111 - Administração geral	8 067 026,17	8 487 834,11	420 807,94
Função: 120 - Segurança e ordem públicas	0,00	0,00	0,00
Função: 121 - Proteção civil e luta contra incêndios	1 828 754,79	1 182 073,67	-646 681,12
Função: 122 - Polícia municipal	615 002,91	546 965,32	-68 037,59
Funções Sociais	47 153 799,87	50 386 057,54	3 232 257,67
Função: 211 - Ensino não superior	10 045 519,27	9 957 430,72	-88 088,55
Função: 212 - Serviços auxiliares de ensino	1 376 820,21	1 020 287,95	-356 532,26
Função: 220 - Saúde	900 663,78	685 667,14	-214 996,64
Função: 232 - Ação social	1 775 581,40	1 783 239,71	7 658,31
Função: 241 - Habitação	1 284 401,38	915 959,61	-368 441,77
Função: 242 - Ordenamento do território	2 497 561,48	1 535 288,64	-962 272,84
Função: 243 - Saneamento	3 579 266,94	7 190 627,98	3 611 361,04
Função: 244 - Abastecimento de água	5 689 053,62	10 355 610,47	4 666 556,85
Função: 245 - Resíduos sólidos	6 667 256,46	7 794 527,21	1 127 270,75
Função: 246 - Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	2 484 731,89	2 073 156,41	-411 575,48
Função: 251 - Cultura	6 878 018,72	4 850 237,60	-2 027 781,12
Função: 252 - Desporto, recreio e lazer	3 899 282,87	2 193 135,64	-1 706 147,23
Função: 253 - Outras atividades cívicas e religiosas	75 641,85	30 888,44	-44 753,41
Funções Económicas	5 523 839,93	6 734 596,01	1 210 756,08
Função: 310 - Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	29 529,14	22 702,27	-6 826,87
Função: 320 - Indústria e energia	507 671,22	2 089 973,74	1 582 302,52
Função: 331 - Transportes rodoviários	2 260 460,70	1 968 778,15	-291 682,55
Função: 341 - Mercados e feiras	696 324,32	685 833,48	-10 490,86
Função: 342 - Turismo	264 190,31	382 505,35	98 315,04
Função: 350 - Outras funções	1 765 664,24	1 604 803,04	-160 861,20
Outras Funções	1 614 960,52	735 420,56	-879 539,96
Função: 420 - Transferências entre administrações	1 420 191,51	662 432,20	-757 759,31
Função: 431 - Viaturas Diversas	194 769,01	72 988,36	-121 780,65
Sub -Total 1	65 479 823,08	69 213 509,49	3 733 686,41
Não incorporáveis	2 587 073,25	1 528 788,59	-1 058 284,66
Sub -Total 2	68 066 896,33	70 742 298,08	2 675 401,75
Gestão Desportiva e de Estacionamento	2 674 032,68	3 012 533,96	338 501,28
Sub -Total 3	70 740 929,01	73 754 832,04	3 013 903,03
Ajustamentos de Consolidação	-1 099 260,39	-1 517 145,47	-417 885,08
Total Geral	69 641 668,62	72 237 686,57	2 596 017,95

Em termos de apuramento de resultados, as funções que se destacam com resultado positivo são a 1.1.1 – Administração geral, a 2.4.4 – Abastecimento de água, a 2.4.3 – Saneamento e 3.2.0 - Indústria e energia.

Sendo um sistema em constante evolução, e à semelhança de anos transatos, o plano de bens e serviços irá ser profundamente revisto, de forma a se manter atual, produzindo informação relevante e analítica sobre gastos e rendimentos, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, permitindo uma melhor avaliação da economia, eficiência e eficácia das políticas públicas.

ANEXO

Empréstimos (Tribunal de Contas)

Ano: **2023**

Município de Lagos

Período: **Prestitação de Contas**

(designação da autarquia local)		Caracterização do empréstimo											
Nº Contrato	Entidade Financiadora	2 - Investimento (financiamento projectos não comparticipados por fundos comunitários)										Dt. primeira utilização	
5292980830003	501214534 Banco BPI, S.A.	Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipos de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização		
2006-07-04	2005-08-12	Médio/Longo prazo	244	018 002146	2005-09-29	601 112,00	601 112,00	2005-12-21					
Finalidade do Empréstimo - Fim	Contrato de empréstimo para execução das ações 6 e 7 - POLIS - 5292980830003	FE - Isento lim. end. FE - Isento legislação Dt. despacho isenção Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?											
0002.33	0000,00	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Divida ini. período	Juros de mora	Divida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim			
		34 361,39	3 113,85	0,00	106 484,03	72 122,64	0,00	02					
Pagamentos efetuados - Amortização Capital		Pagamentos efetuados - Outros Encargos											
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Ano N		Prev. Após N		
494 627,97		34 361,39	0,00	107 986,26	3 113,85	0,00	0,00	0,00			0,00		
Montantes vencidos e não pagos		Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013											
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.											
0,00	0,00	36 061,32											
Observações													

(designação da autarquia local)		Caracterização do empréstimo											
Nº Contrato	Entidade Financiadora	2 - Investimento (financiamento projectos não comparticipados por fundos comunitários)										Dt. primeira utilização	
5292980830004	501214534 Banco BPI, S.A.	Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Tipos de empréstimo	Prazo contrato	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital - Contratado	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização		
2005-09-26	2005-11-18	Médio/Longo prazo	242	018 2928	2006-02-17	170 284,00	170 284,00	0000-00-00					
Finalidade do Empréstimo - Fim	Renovação Urbana de Planos de Pormenor - Sargaçal - 5292980830004	FE - Isento lim. end. FE - Isento legislação Dt. despacho isenção Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?											
0002.58	0000,00	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (juro/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Divida ini. período	Juros de mora	Divida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Não			
		9 657,75	822,86	0,00	34 921,11	25 263,36	0,00	03					
Pagamentos efetuados - Amortização Capital		Pagamentos efetuados - Outros Encargos											
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Ano N		Prev. Após N		
135 362,89		9 657,75	0,00	31 472,98	822,86	0,00	0,00	0,00			0,00		
Montantes vencidos e não pagos		Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013											
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.											
0,00	0,00	8 421,12											
Observações													

Empréstimos (Tribunal de Contas)

Ano: 2023

Município de Lagos

Período: Prestação de Contas

(designação da autarquia local)		Caracterização do empréstimo	
Nº Contrato	Entidade Financiadora	1 - Investimento	(financiamento projectos comparticipados por fundos comunitários)
5292980830001	Banco BPI, S.A.	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Capital - Contratado	Capital - Utilizado
2004-06-28	2004-08-13	549 936,00	549 936,00
	Médio/Longo prazo		2004-12-15
Finalidade do Empréstimo - Fim			
Contrato de empréstimo para execução de Estádio Municipal e Pista de Atletismo - 5292980830001			
Tx inicial	Encargos (amortiz/per.)	Juros de mora	Anos Remanescentes
0000,24	32 981,97	0,00	01
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N
482 794,18	32 981,97	0,00	0,00
Montantes vencidos e não pagos			
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.	
0,00	0,00	0,00	0,00
Observações			
Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			
34 159,85			
Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014			
0,00			

(designação da autarquia local)		Caracterização do empréstimo	
Nº Contrato	Entidade Financiadora	7 - Outros	
5292980830006	Banco BPI, S.A.	Capital - Utilizado	Dt. primeira utilização
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Capital - Contratado	Capital - Utilizado
2006-12-13	2006-12-22	950 276,00	950 276,00
	Médio/Longo prazo		2007-04-03
Finalidade do Empréstimo - Fim			
Empréstimo para construção da EB1/JI Santa Maria e Renovação Urbana de Bensafim - 5292980830006			
Tx inicial	Encargos (amortiz/per.)	Juros de mora	Anos Remanescentes
0000,00	51 887,48	0,00	04
Pagamentos efetuados - Amortização Capital			
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N
705 757,01	51 887,48	0,00	0,00
Montantes vencidos e não pagos			
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.	
0,00	0,00	0,00	0,00
Observações			
Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013			
48 157,88			
Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014			
0,00			

Empréstimos (Tribunal de Contas)

Ano: 2023

Município de Lagos

Período: Prestação de Contas

(designação da autarquia local)		Caracterização do empréstimo										
Nº Contrato	Entidade Financiadora	1 - Investimento (financiamento projectos comparticipados por fundos comunitários)										
9015 004715991	Caixa Geral Depósitos, S.A.	Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital – Contratado	Capital – Utilizado	Dt. primeira utilização			
2006-01-02	2006-02-17	Médio/Longo prazo	241	017 0412	2006-03-23	1 900 550,00	1 841 735,00	2006-03-30				
Finalidade do Empréstimo – Film		FE - Isento lim. end. FE - Isento legislação Dt. despacho isenção Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?										
Contrato de empréstimo para construção de Pavilhão e Piscinas - 9015 0047 15 9 91		Isento 15 - - - - -										
Tx inicial	Tx actual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Divida ini. período	Divida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim				
0002,77	0000,00	106 519,17	4 871,45	0,00	379 713,50	273 194,33	0,00	03				
Pagamentos efetuados - Amortização Capital		Pagamentos efetuados - Outros Encargos										
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N				
1 462 021,50	106 519,17	0,00	4 485,58	4 871,45	0,00	0,00	0,00	0,00				
Montantes vencidos e não pagos		Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013 Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014										
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.	91 064,78									0,00
0,00	0,00	0,00										

(designação da autarquia local)		Caracterização do empréstimo										
Nº Contrato	Entidade Financiadora	2 - Investimento (financiamento projectos não comparticipados por fundos comunitários)										
56046850538	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve, C.R.L.	Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Anos decorridos	Visto TC - Núm. de registo	Visto TC - Data	Capital – Contratado	Capital – Utilizado	Dt. primeira utilização			
2009-02-23	2009-05-19	Médio/Longo prazo	241	014 1020	2009-07-16	5 370 000,00	5 370 000,00	2009-08-19				
Finalidade do Empréstimo – Film		FE - Isento lim. end. FE - Isento legislação Dt. despacho isenção Prazo empr. conta a partir da prim. utilização?										
Contrato de empréstimo para aquisição de habitação social em Odiáxere e Espiche - 560 468 505 38		Não Isento										
Tx inicial	Tx actual:	Encargos (amortiz/per.)	Encargos (v. n. p./ano)	Divida ini. período	Divida fim período	Juros de mora	Anos Remanescentes	Sim				
0002,65	0000,27	302 694,68	48 946,47	0,00	2 268 914,91	1 966 220,23	0,00	06				
Pagamentos efetuados - Amortização Capital		Pagamentos efetuados - Outros Encargos										
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Ano N	Prev. Após N				
3 101 085,09	302 694,68	0,00	91 249,09	48 946,47	0,00	0,00	0,00	0,00				
Montantes vencidos e não pagos		Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013 Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014										
até 31/12 - Capital	até 31/12 - Juros	até 31/12 - Outros Enc.	327 703,37									0,00
0,00	0,00	0,00										

Observações

Empréstimos (Tribunal de Contas)

Ano: 2023

Período: Prestação de Contas

Município de Lagos

(designação da autarquia local)

N.º Contrato	Entidade Financiadora	Caracterização do empréstimo	
9015006395391	500960046 Caixa Geral Depósitos, S.A.	7 - Outros	
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Prazo contrato	Anos decorridos
2022-04-05	2022-03-18	Médio/Longo prazo	000 001
Finalidade do Empréstimo - Fim	Empréstimo n.º 9015006395391	Visto TC - Data	Capital - Contratado
		- -	6 441 146,08
		FE - Isento lim. end. FE - Isento legislação	Dt. primeira utilização
		Não isento	6 441 146,08 2022-03-18

Tx inicial	0000,71	Encargos (amortiz/per.)	376 421,37	Encargos (juro/per.)	212 375,54	Dívida ini. período	6 106 900,60	Dívida fim período	5 730 479,23	Juros de mora	0,00	Anos Remanescentes	Sim
Pagamentos efetuados - Amortização Capital													
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Até N	Ano N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Até N	Até N	Até N	Prev. Após N	Prev. Após N
334 245,48	376 421,37	0,00	36 042,59	212 375,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Montantes vencidos e não pagos													
até 31/12 - Capital até 31/12 - Juros até 31/12 - Outros Enc. 0,00 0,00 0,00													
Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013 0,00													
Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014 0,00													

Observações

Empréstimo transferido para a município de Lagos no âmbito da liquidação da E.L. Estacionamentos de Lagos, S.A., operada em 20/10/2021

N.º Contrato	Entidade Financiadora	Caracterização do empréstimo	
5292980830002	501214534 Banco BPI, S.A.	7 - Outros	
Dt. Aprov. AM.	Dt. Contr. Emp.	Prazo contrato	Anos decorridos
2003-07-07	2003-09-08	Médio/Longo prazo	241
Finalidade do Empréstimo - Fim	Contrato de empréstimo para construção do Mercado da Avenida - 5292980830002	Visto TC - Data	Capital - Contratado
		2003-10-23	507 726,00
		FE - Isento lim. end. FE - Isento legislação	Dt. primeira utilização
		Não isento	507 726,00 2003-11-13

Tx inicial	0000,54	Encargos (amortiz/per.)	33 563,10	Encargos (juro/per.)	867,87	Dívida ini. período	33 563,10	Dívida fim período	0,00	Juros de mora	0,00	Anos Remanescentes	Sim
Pagamentos efetuados - Amortização Capital													
Até N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Até N	Ano N	Ano N	Prev. Após N	Até N	Até N	Até N	Até N	Prev. Após N	Prev. Após N
474 162,90	33 563,10	0,00	1 647,95	867,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Montantes vencidos e não pagos													
até 31/12 - Capital até 31/12 - Juros até 31/12 - Outros Enc. 0,00 0,00 0,00													
Amortizações médias de capital - Emp. contratados até 31/12/2013 0,00													
Amortizações médias de capital - Emp. contratados após 01/01/2014 0,00													

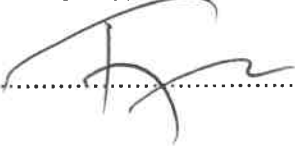
Observações


Relatório de Gestão Consolidado de 2023


ENCERRAMENTO


O presente Relatório de Gestão Consolidado de 2023 mais seus anexos, que antecedem, devidamente numerados, foram aprovados em Reunião de Câmara Municipal, realizada em 19 de junho de 2024.

O Presidente,


.....


.....


.....


.....

.....

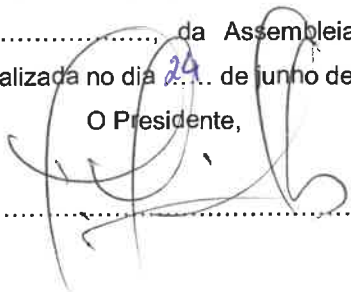
.....

.....

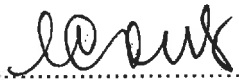
TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O Relatório de Gestão Consolidado de 2023 mais seus anexos que antecedem mereceram aprovação por (1) MAIORIA da Assembleia Municipal em sua sessão (2) ORDINÁRIA na 1ª reunião realizada no dia 24 de junho de 2024.


O Presidente,


.....

O 1º. Secretário,


.....

O 2º. Secretário,


.....

(1) - Unanimidade, ou maioria ; - (2) - Ordinária, ou extraordinária.

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES DE AUDITORIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE LAGOS REFERENTE AO ANO 2023

De acordo com as disposições legais aplicáveis e recomendação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o Revisor Oficial de Contas apenas emite a Certificação Legal de Contas após aprovação da Prestação de Contas Consolidadas pelo órgão executivo, para envio ao órgão deliberativo.

Contudo e porque consideramos importante o órgão executivo conhecer as conclusões da auditoria, que irão constar na Certificação Legal de Contas, apresentamos em anexo o texto que nela irá constar, se a prestação de contas que vos foi remetida for aprovada e nos for remetida a Declaração do Órgão de Gestão.

Montijo, 14 de junho de 2024

Assinado por: António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato
Num. de Identificação: 02181400
Data: 2024.06.14 08:59:56+01'00'

António Fortunato & Leiria Duarte, SROC, Lda.
Representada por António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato - R.O.C. N.º 887

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Lagos** (“o **Grupo**”), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 313.124.828,67 euros e um total de património líquido de 289.715.036,24 euros, incluindo um resultado líquido de 2.596.017,95 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias reportadas na secção “Base para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Lagos em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

- 1- Os Ativos Fixos Tangíveis do Município de Lagos (Bens de domínio público e privado) têm sofrido diversas regularizações, nomeadamente em 75.843 bens desde 2020. Apesar do extenso trabalho já desenvolvido, o processo de inventariação e de adaptação ao SNC-AP, ainda não se encontra concluído e a informação atualmente existente não constitui uma garantia que todos os bens estejam devidamente reconhecidos e mensurados, constituindo uma limitação de âmbito.
- 2- Conforme divulgado na Nota 4 às Demonstrações Financeiras Consolidadas o município não obteve informação valorizada e detalhada relativa dos ativos da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão, pelo que não nos é possível aferir qual o impacto do respetivo registo na rubrica de diferimentos passivos e no ativo fixo tangível.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a Demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita cobrada de 120.464.428,50 euros e um total de despesa paga de 76.586.564,49 euros) e a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Montijo, 14 de junho de 2024